CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

Licitação de parque de diversões em Posse gera multa para ex-gestores

Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) multou dois ex-gestores estaduais no valor de R$ R$ 14.084,45, cada, por conta de irregularidades na aquisição e instalação de brinquedos no Parque Paraíso Encantado no município de Posse (GO). Thiago Melo Peixoto da Silveira, ex-secretário da extinta Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR), foi multado pelo não envio da documentação do processo administrativo que tratavam do Edital de Concorrência n. 003/2014 para execução de serviços de fornecimento e instalação de brinquedos, no valor estimado de R$ 2.999.000,00.

Já o ex-superintendente executivo do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR, Luiz Antônio Faustino Maronezi, foi multado por prática de ato de gestão ilegal, com infração de normas de natureza orçamentária. O relator fundamentou sua decisão no fato que as verbas do Fundo PRODUZIREM, destinadas à aquisição de brinquedos, não atendem o objeto social da empresa que tem a finalidade de contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial de **Goiás**.

Além da sanção aos ex-gestores, o Acórdão n° 421/2020, aprovado por unanimidade na sessão plenária desta quarta-feira (12/fev), relatado pelo **conselheiro Saulo Mesquita** determina ao atual Secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação para que, nos processos licitatórios, efetue pesquisa junto à Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, no caso de seguro-garantia, e junto ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de fiança bancária.

Um ponto que chama atenção no processo diz respeito à existência de parentesco entre os sócios das duas únicas empresas que participaram do certame. O relator destaca que "no presente caso, não houve comprovação efetiva de que tenha havido dano ao erário. No entanto, não se pode ignorar que a participação de empresas pertencentes a pessoas que integram o mesmo grupo familiar (irmãos) constitui sério indício da existência de conluio, o que coloca em risco a regularidade do procedimento licitatório" afirmou.

O relator ainda fez uma série de recomendações à SEDI no sentido de que, nos próximos processos licitatórios, seja feita a negociação em busca da proposta mais vantajosa para a administração. Também recomendou que, em licitações que envolvam serviços de engenharia a secretaria promova o planejamento e o estudo necessário para os projetos. E que, independente da modalidade licitatória, fique atenta para as eventuais relações de parentesco entre os sócios das empresas licitantes, tomando medidas de gestão aptas a atenuar os riscos de violação do sigilo das propostas e danos ao erário quando constatada tal situação.

Por decisão do **conselheiro Saulo Mesquita**, o processo deve ser o encaminhamento para o Ministério Público Estadual. Haverá incidência de juros de mora e atualização monetária nas sanções aplicadas aos ex-gestores.

TCE-GO: Licitação de parque de diversões em Posse gera multa para ex-gestores

Publicado em fev 13, 2020

São irmãos os sócios das duas únicas empresas que participaram do certame

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (TCE-GO) multou dois ex-gestores estaduais no valor de R$ R$ 14.084,45, cada, por conta de irregularidades na aquisição e instalação de brinquedos no Parque Paraíso Encantado no município de Posse (GO). Thiago Melo Peixoto da Silveira, ex-secretário da extinta Agência Goiana de Desenvolvimento Regional (AGDR), foi multado pelo não envio da documentação do processo administrativo que tratavam do Edital de Concorrência n. 003/2014 para execução de serviços de fornecimento e instalação de brinquedos, no valor estimado de R$ 2.999.000,00.

Já o ex-superintendente executivo do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais - FUNPRODUZIR, Luiz Antônio Faustino Maronezi, foi multado por prática de ato de gestão ilegal, com infração de normas de natureza orçamentária. O relator fundamentou sua decisão no fato que as verbas do Fundo PRODUZIREM, destinadas à aquisição de brinquedos, não atendem o objeto social da empresa que tem a finalidade de contribuir para a expansão, modernização e diversificação do setor industrial de **Goiás**.

Além da sanção aos ex-gestores, o Acórdão n° 421/2020, aprovado por unanimidade na sessão plenária desta quarta-feira (12/fev), relatado pelo **conselheiro Saulo Mesquita** determina ao atual Secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação para que, nos processos licitatórios, efetue pesquisa junto à Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, no caso de seguro-garantia, e junto ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de fiança bancária.

Um ponto que chama atenção no processo diz respeito à existência de parentesco entre os sócios das duas únicas empresas que participaram do certame. O relator destaca que "no presente caso, não houve comprovação efetiva de que tenha havido dano ao erário. No entanto, não se pode ignorar que a participação de empresas pertencentes a pessoas que integram o mesmo grupo familiar (irmãos) constitui sério indício da existência de conluio, o que coloca em risco a regularidade do procedimento licitatório" afirmou.

O relator ainda fez uma série de recomendações à SEDI no sentido de que, nos próximos processos licitatórios, seja feita a negociação em busca da proposta mais vantajosa para a administração. Também recomendou que, em licitações que envolvam serviços de engenharia a secretaria promova o planejamento e o estudo necessário para os projetos. E que, independente da modalidade licitatória, fique atenta para as eventuais relações de parentesco entre os sócios das empresas licitantes, tomando medidas de gestão aptas a atenuar os riscos de violação do sigilo das propostas e danos ao erário quando constatada tal situação.

Por decisão do **conselheiro Saulo Mesquita**, o processo deve ser o encaminhamento para o Ministério Público Estadual. Haverá incidência de juros de mora e atualização monetária nas sanções aplicadas aos ex-gestores.

Diretoria de Comunicação Social

DIÁRIO DE GOIÁS ONLINE (13/02)

TCE-GO fiscaliza rodovias estaduais em situação crítica

O **Tribunal de Contas de Goiás** fará novas inspeções em trechos considerados críticos das rodovias estaduais goianas. A determinação partiu do **conselheiro Sebastião Tejota**.

Tejota quer que seja checado o cumprimento de uma série de providências elencadas em decisões do ano passado. Novas rotas também serão vistoriadas na nova rodada.

O Tribunal esteve presente em diversos trechos com problemas, como a erosão identificada na GO-070 - saída para Inhumas. Oito rotas foram fiscalizadas. Irregularidades que resultaram em aplicação de multa ao ex-presidente da Goinfra foram identificadas; Ele foi autuado por não ter corrigido sinalizações ostensivas adequadas e eliminado erosões nas vias analisadas.

À época, o Tribunal deliberou que a Goinfra teria, no prazo de 10 dias, que executar a sinalização horizontal e vertical ostensiva dos trechos da GO-164/entroncamento da GO-239, GO-080 e GO-060. Quanto à erosão nestas rodovias, a Corte de Contas determinou que fossem adotadas em 30 dias, providências para execução de todos os serviços necessários à completa recuperação das erosões.

Com a nova rodada de inspeções, a equipe técnica do Tribunal pretende inspecionar sete rotas, percorrendo novos trechos e aqueles já vistoriados anteriormente. Nesta semana (10/02 a 14/02), as equipes estão vistoriando os seguintes trechos:

ROTA 1

- Rodovia GO-040, Trecho: **Goiânia** / Entroncamento da BR-452 (Bom Jesus)
- Rodovia GO-309, Trecho: Itumbiara / Buriti Alegre;
- Rodovia GO-419/ GO-476, Trecho: Buriti Alegre / Morrinhos;
- Rodovia GO-213, Trecho: Morrinhos / Caldas Novas;
- Rodovia GO-139, Trecho: Entre GO-213 / Cristianópolis;
- Rodovia GO-020, Trecho: Cristianópolis / Bela Vista;
- Rodovia GO-020, Trecho: Bela Vista / **Goiânia** (Duplicada).

ROTA 2

- Rodovia GO-070, Trecho: **Goiânia** / Itapirapuã;
- Rodovia GO-173, Trecho: Britânia / Aruanã;
- Rodovia GO-530, Trecho: Aruanã / Araguapaz;
- Rodovia GO-164, Trecho: Cidade de **Goiás** / Entre GO-239;
- Rodovia GO-239, Trecho: Entre GO-164 / Lote 01 (São José dos Bandeirantes);
- Rodovia GO-347, Trecho: Crixás / Santa Terezinha de **Goiás**;
- Rodovia GO-154, Trecho: Santa Terezinha de **Goiás** / Itapaci;
- Rodovia GO-336, Trecho: Itapaci / BR-153;
- Rodovia GO-080, Trecho: Entre GO-080 (Barro Alto) / Jaraguá.

Professor Valter Campos assume Reitoria da UEG

Substitui o procurador do Estado, Rafael Borges, que ocupava o reitorado desde o final de setembro de 2019.

O **Governo de Goiás**, por meio da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), anunciou, na tarde desta quinta-feira, dia 13, em coletiva de imprensa a nomeação do ex-pró-reitor de Graduação da UEG, professor Valter Gomes Campos, como reitor interino da Universidade. Valter substitui o procurador do Estado, Rafael Borges, que ocupava o reitorado desde o final de setembro de 2019.

A nomeação de Valter Campos se dá em um momento estratégico para a Universidade e a partir de um movimento do **Governo de Goiás** de devolver a gestão universitária para a própria UEG. Além do novo reitor, a UEG também terá nomeados pró-reitores de Graduação e de Extensão e Assuntos Estudantis; e diretores dos Institutos Acadêmicos de Ciências da Saúde e Biológicas, de Educação e Licenciaturas, de Ciências Tecnológicas e de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade.

A ideia da mudança é dar continuidade ao processo iniciado na UEG no fim do ano passado. Do fim de setembro até agora, o reitor Rafael Borges adotou as medidas necessárias para garantir o andamento da Universidade e aprovou a nova modelagem com a reforma administrativa. A presença do procurador do Estado foi fundamental durante essa fase em que várias medidas importantes foram adotadas.

Agora, a transição segue até as eleições, programadas para novembro deste ano. A reitoria passa para a responsabilidade do professor Valter Campos, um docente dos quadros da própria Universidade, que até então ocupava a posição de pró-reitor de graduação. O novo reitor pode se voltar para a aplicação do novo modelo de Universidade e para questões acadêmicas e administrativas relacionadas com a UEG.

Durante todo o ano de 2019, o **Governo de Goiás** destacou a importância de se manter a autonomia universitária dentro da UEG. No entanto, com a renúncia do então reitor interino da UEG, Ivano Devilla, em setembro do último ano, segundo reitor a renunciar em menos de seis meses, o Governo do Estado se viu forçado a intervir na Universidade para sanar diversas situações de irregularidades.

O responsável por devolver a normalidade para a Universidade foi o procurador do Estado, Rafael Borges. Entre as principais mudanças implementadas nos últimos meses pelo atual reitorado, destacam-se:

A realização do Vestibular 2020/1, que estava em vias de não ocorrer devido a disputas internas motivadas por interesses próprios de diferentes câmpus;

O cumprimento de todas as determinações judiciais do Tribunal de Justiça e do **Tribunal de Contas do Estado**;

A realização do processo de transferência externa de alunos de outras Instituições de Ensino Superior para ocuparem as vagas ociosas na UEG;

A realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de novos docentes substitutos, para que os alunos não fossem prejudicados;

A redução do número de câmpus da Universidade, que passou de 41 para 8, um em cada região do Estado. Os outros 33 câmpus foram transformados em Unidades Universitárias vinculadas aos câmpus de cada região. Assim, nenhuma unidade precisou ser fechada;

A criação dos Institutos Acadêmicos que possibilitam meios para discussão acadêmica em áreas específicas na UEG. Foram criados cinco Institutos: Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas; Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Tecnológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto Acadêmico de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade. Assim, câmpus e unidades universitárias passam a tratar apenas de questões de gestão regional e discussões de cunho acadêmico se darão no âmbito dos Institutos Acadêmicos, cessando as discussões em torno de autopreservação disputas políticas e focalizando-as em qualidade de ensino;

Unificação da grade curricular de cursos afins;

Remuneração do coordenador de Programa Stricto Sensu como meio de valorizar o profissional e a pesquisa da Universidade;

Recriação do Conselho de Gestão para monitorar todas as decisões dos demais conselhos que impliquem aumento de despesa na Universidade.

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de **Goiás** e pela Universidade Católica de **Goiás** (PUC/GO), respectivamente, Valter Campos também é especialista em Planejamento, Implementação, Gestão da Educação a Distância e em Gestão Universitária e Políticas Públicas. É professor efetivo da UEG desde 2010 onde atua na formatação de disciplinas e produção de Materiais Didáticos para EaD pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (Cear), além de ter sido pró-reitor de Graduação por quase um ano.

O professor representa a UEG junto ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e exerce o cargo de vice-presidente do Fórum Nacional de Coordenadores da UAB, além de ser integrante da Câmara de EaD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). É coordenador e professor de cursos de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) e consultor na área educacional.

Tem experiência na área de gestão da Educação Superior e na área de capacitação profissional, atuando principalmente com os seguintes temas: ética, ética profissional, segurança pública, direitos humanos, relações interpessoais, comunicação, EaD e educação em geral. Orienta trabalhos de conclusão de curso (TCC) e iniciação científica (PBIC) e desenvolve pesquisas nos seguintes temas: educação superior, educação a distância e política e gestão educacional.

Comunicação UEG

BLOG DO ALTAIR TAVARES (13/02)

GO-s em estado crítico são inspecionadas pelo TCE-GO (App)

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (TCE-GO), **Sebastião Tejota**, determinou a realização de nova rodada de inspeções em trechos críticos de rodovias goianas.

A iniciativa visa checar o cumprimento de uma série de providencias elencadas em decisões do ano passado. As inspeções também vão abranger novas rotas.

O Tribunal esteve presente em diversos trechos com problemas como a erosão identificada na GO-070 - saída para Inhumas. O local foi uma das oito rotas fiscalizadas.

Durante as vistorias, foram identificadas irregularidades que resultaram em aplicação de multa ao ex-presidente da Goinfra, por não ter corrigido sinalizações ostensivas adequadas e eliminado erosões nas vias analisadas.

À época, o Tribunal deliberou que a Goinfra teria, no prazo de 10 dias, que executar a sinalização horizontal e vertical ostensiva dos trechos da GO-164/entroncamento da GO-239, GO-080 e GO-060. Quanto à erosão nestas rodovias, a Corte de Contas determinou que fossem adotadas em 30 dias, providências para execução de todos os serviços necessários à completa recuperação das erosões.

Com a nova rodada de inspeções, a equipe técnica do Tribunal pretende inspecionar sete rotas, percorrendo novos trechos e aqueles já vistoriados anteriormente. Nesta semana (10/02 a 14/02), as equipes vão vistoriar os seguintes trechos:

ROTA 1

- Rodovia GO-040, Trecho: **Goiânia** / Entroncamento da BR-452 (Bom Jesus)
- Rodovia GO-309, Trecho: Itumbiara / Buriti Alegre;
- Rodovia GO-419/ GO-476, Trecho: Buriti Alegre / Morrinhos;
- Rodovia GO-213, Trecho: Morrinhos / Caldas Novas;
- Rodovia GO-139, Trecho: Entre GO-213 / Cristianópolis;
- Rodovia GO-020, Trecho: Cristianópolis / Bela Vista;
- Rodovia GO-020, Trecho: Bela Vista / **Goiânia** (Duplicada).

ROTA 2

- Rodovia GO-070, Trecho: **Goiânia** / Itapirapuã;
- Rodovia GO-173, Trecho: Britânia / Aruanã;
- Rodovia GO-530, Trecho: Aruanã / Araguapaz;
- Rodovia GO-164, Trecho: Cidade de **Goiás** / Entre GO-239;
- Rodovia GO-239, Trecho: Entre GO-164 / Lote 01 (São José dos Bandeirantes);
- Rodovia GO-347, Trecho: Crixás / Santa Terezinha de **Goiás**;
- Rodovia GO-154, Trecho: Santa Terezinha de **Goiás** / Itapaci;
- Rodovia GO-336, Trecho: Itapaci / BR-153;
- Rodovia GO-080, Trecho: Entre GO-080 (Barro Alto) / Jaraguá.

comentarios

DIÁRIO DA MANHÃ (14/02)

TCE inspeciona rodovias estaduais em estado crítico - FIO DIRETO

O **conselheiro** do **Tribunal de Contas do Estado**, **Sebastião Tejota**, determinou a realização de nova rodada de inspeções em trechos críticos de rodovias goianas. A iniciativa visa checar o cumprimento de uma série de providencias elencadas em decisões do ano passado.

As inspeções também vão abranger novas rotas. O Tribunal esteve presente em diversos trechos com problemas como a erosão identificada na GO-070 - saída para Inhumas, onde as atividades da equipe técnica foram registradas em reportagem pela TV Serra Dourada. No último ano o **TCE** fiscalizou oito rotas. Foram identificadas irregularidades que resultaram em aplicação de multa ao ex-presidente da Goinfra, por não ter corrigido sinalizações ostensivas adequadas e eliminado erosões nas vias analisadas. À época, o Tribunal deliberou que a Goinfra teria, no prazo de 10 dias, que executar a sinalização horizontal e vertical ostensiva dos trechos da GO-164/entroncamento da GO-239, GO-080 e GO-060. Quanto à erosão nestas rodovias, o **TCE** determinou que fossem adotadas em 30 dias, providências para execução de todos os serviços necessários à completa recuperação das erosões. Com a nova rodada de inspeções, a equipe técnica do Tribunal pretende inspecionar sete rotas, percorrendo novos trechos e aqueles já vistoriados anteriormente.

GOIÁS ONLINE

Vistorias

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Sebastião Tejota, determinou a realização de nova rodada de inspeções em trechos críticos de rodovias goianas. A iniciativa visa checar o cumprimento de uma série de providências elencadas em decisões do ano passado.

Professor Valter Campos assume Reitoria da UEG

O **Governo de Goiás**, por meio da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), anunciou, na tarde desta quinta-feira, dia 13, em coletiva de imprensa a nomeação do ex-pró-reitor de Graduação da UEG, professor Valter Gomes Campos, como reitor interino da Universidade. Valter substitui o procurador do Estado, Rafael Borges, que ocupava o reitorado desde o final de setembro de 2019.

A nomeação de Valter Campos se dá em um momento estratégico para a Universidade e a partir de um movimento do **Governo de Goiás** de devolver a gestão universitária para a própria UEG. Além do novo reitor, a UEG também terá nomeados pró-reitores de Graduação e de Extensão e Assuntos Estudantis; e diretores dos Institutos Acadêmicos de Ciências da Saúde e Biológicas, de Educação e Licenciaturas, de Ciências Tecnológicas e de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade.

A ideia da mudança é dar continuidade ao processo iniciado na UEG no fim do ano passado. Do fim de setembro até agora, o reitor Rafael Borges adotou as medidas necessárias para garantir o andamento da Universidade e aprovou a nova modelagem com a reforma administrativa. A presença do procurador do Estado foi fundamental durante essa fase em que várias medidas importantes foram adotadas.

Agora, a transição segue até as eleições, programadas para novembro deste ano. A reitoria passa para a responsabilidade do professor Valter Campos, um docente dos quadros da própria Universidade, que até então ocupava a posição de pró-reitor de graduação. O novo reitor pode se voltar para a aplicação do novo modelo de Universidade e para questões acadêmicas e administrativas relacionadas com a UEG.

Durante todo o ano de 2019, o **Governo de Goiás** destacou a importância de se manter a autonomia universitária dentro da UEG. No entanto, com a renúncia do então reitor interino da UEG, Ivano Devilla, em setembro do último ano, segundo reitor a renunciar em menos de seis meses, o Governo do Estado se viu forçado a intervir na Universidade para sanar diversas situações de irregularidades.

O responsável por devolver a normalidade para a Universidade foi o procurador do Estado, Rafael Borges. Entre as principais mudanças implementadas nos últimos meses pelo atual reitorado, destacam-se:

A realização do Vestibular 2020/1, que estava em vias de não ocorrer devido a disputas internas motivadas por interesses próprios de diferentes câmpus;

O cumprimento de todas as determinações judiciais do Tribunal de Justiça e do **Tribunal de Contas do Estado**;

A realização do processo de transferência externa de alunos de outras Instituições de Ensino Superior para ocuparem as vagas ociosas na UEG;

A realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de novos docentes substitutos, para que os alunos não fossem prejudicados;

A redução do número de câmpus da Universidade, que passou de 41 para 8, um em cada região do Estado. Os outros 33 câmpus foram transformados em Unidades Universitárias vinculadas aos câmpus de cada região. Assim, nenhuma unidade precisou ser fechada;

A criação dos Institutos Acadêmicos que possibilitam meios para discussão acadêmica em áreas específicas na UEG. Foram criados cinco Institutos: Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas; Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Tecnológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto Acadêmico de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade. Assim, câmpus e unidades universitárias passam a tratar apenas de questões de gestão regional e discussões de cunho acadêmico se darão no âmbito dos Institutos Acadêmicos, cessando as discussões em torno de autopreservação disputas políticas e focalizando-as em qualidade de ensino;

Unificação da grade curricular de cursos afins;

Remuneração do coordenador de Programa Stricto Sensu como meio de valorizar o profissional e a pesquisa da Universidade;

Recriação do Conselho de Gestão para monitorar todas as decisões dos demais conselhos que impliquem aumento de despesa na Universidade.

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de **Goiás** e pela Universidade Católica de **Goiás** (PUC/GO), respectivamente, Valter Campos também é especialista em Planejamento, Implementação, Gestão da Educação a Distância e em Gestão Universitária e Políticas Públicas. É professor efetivo da UEG desde 2010 onde atua na formatação de disciplinas e produção de Materiais Didáticos para EaD pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (Cear), além de ter sido pró-reitor de Graduação por quase um ano.

O professor representa a UEG junto ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e exerce o cargo de vice-presidente do Fórum Nacional de Coordenadores da UAB, além de ser integrante da Câmara de EaD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). É coordenador e professor de cursos de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) e consultor na área educacional.

Tem experiência na área de gestão da Educação Superior e na área de capacitação profissional, atuando principalmente com os seguintes temas: ética, ética profissional, segurança pública, direitos humanos, relações interpessoais, comunicação, EaD e educação em geral. Orienta trabalhos de conclusão de curso (TCC) e iniciação científica (PBIC) e desenvolve pesquisas nos seguintes temas: educação superior, educação a distância e política e gestão educacional. Fonte: Comunicação UEG

DIÁRIO DE APARECIDA ON-LINE(14/02)

Professor Valter Campos assume Reitoria da UEG

Substitui o procurador do Estado, Rafael Borges, que ocupava o reitorado desde o final de setembro de 2019.

O **Governo de Goiás**, por meio da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), anunciou, na tarde desta quinta-feira, dia 13, em coletiva de imprensa a nomeação do ex-pró-reitor de Graduação da UEG, professor Valter Gomes Campos, como reitor interino da Universidade. Valter substitui o procurador do Estado, Rafael Borges, que ocupava o reitorado desde o final de setembro de 2019.

A nomeação de Valter Campos se dá em um momento estratégico para a Universidade e a partir de um movimento do **Governo de Goiás** de devolver a gestão universitária para a própria UEG. Além do novo reitor, a UEG também terá nomeados pró-reitores de Graduação e de Extensão e Assuntos Estudantis; e diretores dos Institutos Acadêmicos de Ciências da Saúde e Biológicas, de Educação e Licenciaturas, de Ciências Tecnológicas e de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade.

A ideia da mudança é dar continuidade ao processo iniciado na UEG no fim do ano passado. Do fim de setembro até agora, o reitor Rafael Borges adotou as medidas necessárias para garantir o andamento da Universidade e aprovou a nova modelagem com a reforma administrativa. A presença do procurador do Estado foi fundamental durante essa fase em que várias medidas importantes foram adotadas.

Agora, a transição segue até as eleições, programadas para novembro deste ano. A reitoria passa para a responsabilidade do professor Valter Campos, um docente dos quadros da própria Universidade, que até então ocupava a posição de pró-reitor de graduação. O novo reitor pode se voltar para a aplicação do novo modelo de Universidade e para questões acadêmicas e administrativas relacionadas com a UEG.

Durante todo o ano de 2019, o **Governo de Goiás** destacou a importância de se manter a autonomia universitária dentro da UEG. No entanto, com a renúncia do então reitor interino da UEG, Ivano Devilla, em setembro do último ano, segundo reitor a renunciar em menos de seis meses, o Governo do Estado se viu forçado a intervir na Universidade para sanar diversas situações de irregularidades.

O responsável por devolver a normalidade para a Universidade foi o procurador do Estado, Rafael Borges. Entre as principais mudanças implementadas nos últimos meses pelo atual reitorado, destacam-se:

A realização do Vestibular 2020/1, que estava em vias de não ocorrer devido a disputas internas motivadas por interesses próprios de diferentes câmpus;

O cumprimento de todas as determinações judiciais do Tribunal de Justiça e do **Tribunal de Contas do Estado**;

A realização do processo de transferência externa de alunos de outras Instituições de Ensino Superior para ocuparem as vagas ociosas na UEG;

A realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de novos docentes substitutos, para que os alunos não fossem prejudicados;

A redução do número de câmpus da Universidade, que passou de 41 para 8, um em cada região do Estado. Os outros 33 câmpus foram transformados em Unidades Universitárias vinculadas aos câmpus de cada região. Assim, nenhuma unidade precisou ser fechada;

A criação dos Institutos Acadêmicos que possibilitam meios para discussão acadêmica em áreas específicas na UEG. Foram criados cinco Institutos: Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas; Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Tecnológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto Acadêmico de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade. Assim, câmpus e unidades universitárias passam a tratar apenas de questões de gestão regional e discussões de cunho acadêmico se darão no âmbito dos Institutos Acadêmicos, cessando as discussões em torno de autopreservação disputas políticas e focalizando-as em qualidade de ensino;

Unificação da grade curricular de cursos afins;

Remuneração do coordenador de Programa Stricto Sensu como meio de valorizar o profissional e a pesquisa da Universidade;

Recriação do Conselho de Gestão para monitorar todas as decisões dos demais conselhos que impliquem aumento de despesa na Universidade.

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de **Goiás** e pela Universidade Católica de **Goiás** (PUC/GO), respectivamente, Valter Campos também é especialista em Planejamento, Implementação, Gestão da Educação a Distância e em Gestão Universitária e Políticas Públicas. É professor efetivo da UEG desde 2010 onde atua na formatação de disciplinas e produção de Materiais Didáticos para EaD pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (Cear), além de ter sido pró-reitor de Graduação por quase um ano.

O professor representa a UEG junto ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e exerce o cargo de vice-presidente do Fórum Nacional de Coordenadores da UAB, além de ser integrante da Câmara de EaD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). É coordenador e professor de cursos de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) e consultor na área educacional.

Tem experiência na área de gestão da Educação Superior e na área de capacitação profissional, atuando principalmente com os seguintes temas: ética, ética profissional, segurança pública, direitos humanos, relações interpessoais, comunicação, EaD e educação em geral. Orienta trabalhos de conclusão de curso (TCC) e iniciação científica (PBIC) e desenvolve pesquisas nos seguintes temas: educação superior, educação a distância e política e gestão educacional.

Fonte: Comunicação UEG

JORNAL GOIÁS EM DESTAQUE ON-LINE(13/02)

Professor Valter Campos assume Reitoria da UEG

O **Governo de Goiás**, por meio da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), anunciou, na tarde desta quinta-feira, dia 13, em coletiva de imprensa a nomeação do ex-pró-reitor de Graduação da UEG, professor Valter Gomes Campos, como reitor interino da Universidade. Valter substitui o procurador do Estado, Rafael Borges, que ocupava o reitorado desde o final de setembro de 2019.

A nomeação de Valter Campos se dá em um momento estratégico para a Universidade e a partir de um movimento do **Governo de Goiás** de devolver a gestão universitária para a própria UEG. Além do novo reitor, a UEG também terá nomeados pró-reitores de Graduação e de Extensão e Assuntos Estudantis; e diretores dos Institutos Acadêmicos de Ciências da Saúde e Biológicas, de Educação e Licenciaturas, de Ciências Tecnológicas e de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade.

A ideia da mudança é dar continuidade ao processo iniciado na UEG no fim do ano passado. Do fim de setembro até agora, o reitor Rafael Borges adotou as medidas necessárias para garantir o andamento da Universidade e aprovou a nova modelagem com a reforma administrativa. A presença do procurador do Estado foi fundamental durante essa fase em que várias medidas importantes foram adotadas.

Agora, a transição segue até as eleições, programadas para novembro deste ano. A reitoria passa para a responsabilidade do professor Valter Campos, um docente dos quadros da própria Universidade, que até então ocupava a posição de pró-reitor de graduação. O novo reitor pode se voltar para a aplicação do novo modelo de Universidade e para questões acadêmicas e administrativas relacionadas com a UEG.

Durante todo o ano de 2019, o **Governo de Goiás** destacou a importância de se manter a autonomia universitária dentro da UEG. No entanto, com a renúncia do então reitor interino da UEG, Ivano Devilla, em setembro do último ano, segundo reitor a renunciar em menos de seis meses, o Governo do Estado se viu forçado a intervir na Universidade para sanar diversas situações de irregularidades.

O responsável por devolver a normalidade para a Universidade foi o procurador do Estado, Rafael Borges. Entre as principais mudanças implementadas nos últimos meses pelo atual reitorado, destacam-se:

A realização do Vestibular 2020/1, que estava em vias de não ocorrer devido a disputas internas motivadas por interesses próprios de diferentes câmpus;

O cumprimento de todas as determinações judiciais do Tribunal de Justiça e do **Tribunal de Contas do Estado**;

A realização do processo de transferência externa de alunos de outras Instituições de Ensino Superior para ocuparem as vagas ociosas na UEG;

A realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de novos docentes substitutos, para que os alunos não fossem prejudicados;

A redução do número de câmpus da Universidade, que passou de 41 para 8, um em cada região do Estado. Os outros 33 câmpus foram transformados em Unidades Universitárias vinculadas aos câmpus de cada região. Assim, nenhuma unidade precisou ser fechada;

A criação dos Institutos Acadêmicos que possibilitam meios para discussão acadêmica em áreas específicas na UEG. Foram criados cinco Institutos: Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas; Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Tecnológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto Acadêmico de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade. Assim, câmpus e unidades universitárias passam a tratar apenas de questões de gestão regional e discussões de cunho acadêmico se darão no âmbito dos Institutos Acadêmicos, cessando as discussões em torno de autopreservação disputas políticas e focalizando-as em qualidade de ensino;

Unificação da grade curricular de cursos afins;

Remuneração do coordenador de Programa Stricto Sensu como meio de valorizar o profissional e a pesquisa da Universidade;

Recriação do Conselho de Gestão para monitorar todas as decisões dos demais conselhos que impliquem aumento de despesa na Universidade.

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de **Goiás** e pela Universidade Católica de **Goiás** (PUC/GO), respectivamente, Valter Campos também é especialista em Planejamento, Implementação, Gestão da Educação a Distância e em Gestão Universitária e Políticas Públicas. É professor efetivo da UEG desde 2010 onde atua na formatação de disciplinas e produção de Materiais Didáticos para EaD pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (Cear), além de ter sido pró-reitor de Graduação por quase um ano.

O professor representa a UEG junto ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e exerce o cargo de vice-presidente do Fórum Nacional de Coordenadores da UAB, além de ser integrante da Câmara de EaD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). É coordenador e professor de cursos de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) e consultor na área educacional.

Tem experiência na área de gestão da Educação Superior e na área de capacitação profissional, atuando principalmente com os seguintes temas: ética, ética profissional, segurança pública, direitos humanos, relações interpessoais, comunicação, EaD e educação em geral. Orienta trabalhos de conclusão de curso (TCC) e iniciação científica (PBIC) e desenvolve pesquisas nos seguintes temas: educação superior, educação a distância e política e gestão educacional. Fonte: Comunicação UEG

JORNAL O PARLAMENTO ONLINE (13/02)

Professor Valter Campos assume Reitoria da UEG

Substitui o procurador do Estado, Rafael Borges, que ocupava o reitorado desde o final de setembro de 2019

O **Governo de Goiás**, por meio da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), anunciou, na tarde desta quinta-feira, dia 13, em coletiva de imprensa a nomeação do ex-pró-reitor de Graduação da UEG, professor Valter Gomes Campos, como reitor interino da Universidade. Valter substitui o procurador do Estado, Rafael Borges, que ocupava o reitorado desde o final de setembro de 2019.

A nomeação de Valter Campos se dá em um momento estratégico para a Universidade e a partir de um movimento do **Governo de Goiás** de devolver a gestão universitária para a própria UEG. Além do novo reitor, a UEG também terá nomeados pró-reitores de Graduação e de Extensão e Assuntos Estudantis; e diretores dos Institutos Acadêmicos de Ciências da Saúde e Biológicas, de Educação e Licenciaturas, de Ciências Tecnológicas e de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade.

A ideia da mudança é dar continuidade ao processo iniciado na UEG no fim do ano passado. Do fim de setembro até agora, o reitor Rafael Borges adotou as medidas necessárias para garantir o andamento da Universidade e aprovou a nova modelagem com a reforma administrativa. A presença do procurador do Estado foi fundamental durante essa fase em que várias medidas importantes foram adotadas.

Agora, a transição segue até as eleições, programadas para novembro deste ano. A reitoria passa para a responsabilidade do professor Valter Campos, um docente dos quadros da própria Universidade, que até então ocupava a posição de pró-reitor de graduação. O novo reitor pode se voltar para a aplicação do novo modelo de Universidade e para questões acadêmicas e administrativas relacionadas com a UEG.

Durante todo o ano de 2019, o **Governo de Goiás** destacou a importância de se manter a autonomia universitária dentro da UEG. No entanto, com a renúncia do então reitor interino da UEG, Ivano Devilla, em setembro do último ano, segundo reitor a renunciar em menos de seis meses, o Governo do Estado se viu forçado a intervir na Universidade para sanar diversas situações de irregularidades.

O responsável por devolver a normalidade para a Universidade foi o procurador do Estado, Rafael Borges. Entre as principais mudanças implementadas nos últimos meses pelo atual reitorado, destacam-se:

A realização do Vestibular 2020/1, que estava em vias de não ocorrer devido a disputas internas motivadas por interesses próprios de diferentes câmpus;

O cumprimento de todas as determinações judiciais do Tribunal de Justiça e do **Tribunal de Contas do Estado**;

A realização do processo de transferência externa de alunos de outras Instituições de Ensino Superior para ocuparem as vagas ociosas na UEG;

A realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de novos docentes substitutos, para que os alunos não fossem prejudicados;

A redução do número de câmpus da Universidade, que passou de 41 para 8, um em cada região do Estado. Os outros 33 câmpus foram transformados em Unidades Universitárias vinculadas aos câmpus de cada região. Assim, nenhuma unidade precisou ser fechada;

A criação dos Institutos Acadêmicos que possibilitam meios para discussão acadêmica em áreas específicas na UEG. Foram criados cinco Institutos: Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas; Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Tecnológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto Acadêmico de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade. Assim, câmpus e unidades universitárias passam a tratar apenas de questões de gestão regional e discussões de cunho acadêmico se darão no âmbito dos Institutos Acadêmicos, cessando as discussões em torno de autopreservação disputas políticas e focalizando-as em qualidade de ensino;

Unificação da grade curricular de cursos afins;

Remuneração do coordenador de Programa Stricto Sensu como meio de valorizar o profissional e a pesquisa da Universidade;

Recriação do Conselho de Gestão para monitorar todas as decisões dos demais conselhos que impliquem aumento de despesa na Universidade.

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de **Goiás** e pela Universidade Católica de **Goiás** (PUC/GO), respectivamente, Valter Campos também é especialista em Planejamento, Implementação, Gestão da Educação a Distância e em Gestão Universitária e Políticas Públicas. É professor efetivo da UEG desde 2010 onde atua na formatação de disciplinas e produção de Materiais Didáticos para EaD pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (Cear), além de ter sido pró-reitor de Graduação por quase um ano.

O professor representa a UEG junto ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e exerce o cargo de vice-presidente do Fórum Nacional de Coordenadores da UAB, além de ser integrante da Câmara de EaD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). É coordenador e professor de cursos de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) e consultor na área educacional.

Tem experiência na área de gestão da Educação Superior e na área de capacitação profissional, atuando principalmente com os seguintes temas: ética, ética profissional, segurança pública, direitos humanos, relações interpessoais, comunicação, EaD e educação em geral. Orienta trabalhos de conclusão de curso (TCC) e iniciação científica (PBIC) e desenvolve pesquisas nos seguintes temas: educação superior, educação a distância e política e gestão educacional. Fonte: Comunicação UEG

O **Governo de Goiás**, por meio da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), anunciou, na tarde desta quinta-feira, dia 13, em coletiva de imprensa a nomeação do ex-pró-reitor de Graduação da UEG, professor Valter Gomes Campos, como reitor interino da Universidade. Valter substitui o procurador do Estado, Rafael Borges, que ocupava o reitorado desde o final de setembro de 2019.

A nomeação de Valter Campos se dá em um momento estratégico para a Universidade e a partir de um movimento do **Governo de Goiás** de devolver a gestão universitária para a própria UEG. Além do novo reitor, a UEG também terá nomeados pró-reitores de Graduação e de Extensão e Assuntos Estudantis; e diretores dos Institutos Acadêmicos de Ciências da Saúde e Biológicas, de Educação e Licenciaturas, de Ciências Tecnológicas e de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade.

A ideia da mudança é dar continuidade ao processo iniciado na UEG no fim do ano passado. Do fim de setembro até agora, o reitor Rafael Borges adotou as medidas necessárias para garantir o andamento da Universidade e aprovou a nova modelagem com a reforma administrativa. A presença do procurador do Estado foi fundamental durante essa fase em que várias medidas importantes foram adotadas.

Agora, a transição segue até as eleições, programadas para novembro deste ano. A reitoria passa para a responsabilidade do professor Valter Campos, um docente dos quadros da própria Universidade, que até então ocupava a posição de pró-reitor de graduação. O novo reitor pode se voltar para a aplicação do novo modelo de Universidade e para questões acadêmicas e administrativas relacionadas com a UEG.

Durante todo o ano de 2019, o **Governo de Goiás** destacou a importância de se manter a autonomia universitária dentro da UEG. No entanto, com a renúncia do então reitor interino da UEG, Ivano Devilla, em setembro do último ano, segundo reitor a renunciar em menos de seis meses, o Governo do Estado se viu forçado a intervir na Universidade para sanar diversas situações de irregularidades.

O responsável por devolver a normalidade para a Universidade foi o procurador do Estado, Rafael Borges. Entre as principais mudanças implementadas nos últimos meses pelo atual reitorado, destacam-se:

A realização do Vestibular 2020/1, que estava em vias de não ocorrer devido a disputas internas motivadas por interesses próprios de diferentes câmpus;

O cumprimento de todas as determinações judiciais do Tribunal de Justiça e do **Tribunal de Contas do Estado**;

A realização do processo de transferência externa de alunos de outras Instituições de Ensino Superior para ocuparem as vagas ociosas na UEG;

A realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de novos docentes substitutos, para que os alunos não fossem prejudicados;

A redução do número de câmpus da Universidade, que passou de 41 para 8, um em cada região do Estado. Os outros 33 câmpus foram transformados em Unidades Universitárias vinculadas aos câmpus de cada região. Assim, nenhuma unidade precisou ser fechada;

A criação dos Institutos Acadêmicos que possibilitam meios para discussão acadêmica em áreas específicas na UEG. Foram criados cinco Institutos: Instituto Acadêmico de Educação e Licenciaturas; Instituto Acadêmico de Ciências da Saúde e Biológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Tecnológicas; Instituto Acadêmico de Ciências Sociais Aplicadas; Instituto Acadêmico de Ciências **Agr**árias e Sustentabilidade. Assim, câmpus e unidades universitárias passam a tratar apenas de questões de gestão regional e discussões de cunho acadêmico se darão no âmbito dos Institutos Acadêmicos, cessando as discussões em torno de autopreservação disputas políticas e focalizando-as em qualidade de ensino;

Unificação da grade curricular de cursos afins;

Remuneração do coordenador de Programa Stricto Sensu como meio de valorizar o profissional e a pesquisa da Universidade;

Recriação do Conselho de Gestão para monitorar todas as decisões dos demais conselhos que impliquem aumento de despesa na Universidade.

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de **Goiás** e pela Universidade Católica de **Goiás** (PUC/GO), respectivamente, Valter Campos também é especialista em Planejamento, Implementação, Gestão da Educação a Distância e em Gestão Universitária e Políticas Públicas. É professor efetivo da UEG desde 2010 onde atua na formatação de disciplinas e produção de Materiais Didáticos para EaD pelo Centro de Ensino e Aprendizagem em Rede (Cear), além de ter sido pró-reitor de Graduação por quase um ano.

O professor representa a UEG junto ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e exerce o cargo de vice-presidente do Fórum Nacional de Coordenadores da UAB, além de ser integrante da Câmara de EaD da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). É coordenador e professor de cursos de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) e consultor na área educacional.

Tem experiência na área de gestão da Educação Superior e na área de capacitação profissional, atuando principalmente com os seguintes temas: ética, ética profissional, segurança pública, direitos humanos, relações interpessoais, comunicação, EaD e educação em geral. Orienta trabalhos de conclusão de curso (TCC) e iniciação científica (PBIC) e desenvolve pesquisas nos seguintes temas: educação superior, educação a distância e política e gestão educacional. Fonte: Comunicação UEG